



## GT 008. Antropologia da cidadania

Marcus André de Souza Cardoso, da Silva (PPGEF/UNIFAP) - Coordenador/a, Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Lenin dos Santos Pires (Universidade Federal Fluminense) - Debatedor/a, Luiz Eduardo de Lacerda Abreu (Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília) - Debatedor/a, Juliana Gonçalves Melo (Professora adjunta IV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - Debatedor/a

A terceira onda democratizante na América Latina não se mostrou capaz de suprimir desigualdades estruturais nem garantiu a efetivação dos direitos civis e sociais dos cidadãos. Isto representou um desafio às abordagens formalistas da teoria política, incapazes de explicar satisfatoriamente as especificidades que caracterizaram este processo. Nesse cenário, a antropologia, com seu foco etnográfico, tem muito a contribuir para o debate sobre "direitos", "cidadania", "igualdade" e "justiça". Ao deslocar a análise da dimensão formal da cidadania para como os direitos são vividos, concebidos e problematizados cotidianamente pelos atores sociais, abre-se espaço para perceber rearranjos e concepções distintas da formulação eurocêntrica. Ao fazer isso, os antropólogos têm desestabilizado abordagens que naturalizam o modelo liberal, demonstrando que não é possível compreender a "cidadania" como um status puramente legal que garante ao indivíduo um conjunto de direitos e deveres em sua relação com o Estado. Tendo isto em mente, o GT busca comparar e debater trabalhos etnográficos que abordem: como a "cidadania" é significada por diferentes atores associados às agências do Estado, ONGs, movimentos sociais e outros coletivos; como se dão as relações que estes diferentes atores estabelecem entre si; quais são os desafios metodológicos dos estudos etnográficos sobre "cidadania".

### **?Sem bandeira, relaxa e goza?: cidadania, carnavalização e crise de representatividade no "23º Debate Público / Jogo Ágora" do ERRO Grupo**

**Autoria:** Camila Horbatiuk Dutra

Diante da onda de conservadorismo, moralismo e extremismo religioso que tem provocado a disseminação de ideais reacionários e atitudes discriminatórias (lgbt-fobia, racismo, machismo, xenofobia, entre outros), muitas democracias têm sido impactadas e, conseqüentemente, também o exercício de direitos humanos básicos (entre eles, o direito à vida, à liberdade de pensamento, expressão e locomoção). A performance "23º Debate Público / Jogo Ágora", do ERRO Grupo (Florianópolis - SC) abre uma brecha para perceber como a cidadania e os papéis de eleitores e representantes políticos estão sendo vistos pelos cidadãos, ao instiga-los a sugerir, justificar e defender novos lemas para a substituição da frase positivista "Ordem e Progresso" na bandeira do Brasil. Trabalhando nas fronteiras entre realidade e ficção, essa performance de rua é por mim acompanhada em três dias e espaços diferentes em Florianópolis, e uma vez no centro de Curitiba, entre outubro de 2016 e abril de 2017 - cria um espaço de deliberação de amplo alcance e diversidade no qual a expressão de opiniões, reivindicações e proposições não é restrita por convenções, formalidades ou regras de conduta rígidas. O artigo se desenvolve a partir das questões que surgiram no work etnográfico, referentes à forma como a cidadania está sendo exercida e pensada, e à crise de representatividade que transparece na carnavalização das falas e discursos dos cidadãos sobre temáticas políticas.



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

